
DEMOCRACIAS E CULTURAS NA AMÉRICA DO SUL DO SÉCULO XXI

Antonio Albino Canelas Rubim

DOI: <https://doi.org/10.64890/3.2>



FOTO: FEDERICO ROTT

Democracias e culturas na América do Sul do século XXI

Antonio Albino Canelas Rubim

As/aos colegas do grupo de trabalho
Cultura e Políticas Culturais,
sem os quais o texto não seria possível.

Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo, tempo, tempo, tempo
Caetano Veloso (*Oração ao tempo*)

Introdução

A América do Sul vive no século XXI um momento singular de sua história comum. Pela primeira vez emergiram na região governos democrático-progressistas, que viabilizaram, dentre outros, um operário, um indígena e três mulheres na presidência de países sul-americanos. Todos eles governos eleitos democraticamente e acionando políticas públicas progressistas. Daí a nomeação escolhida para identificá-los mesmo na sua diversidade. Ela não acompanha em que termos tais governos se desenvolveram. O compromisso com a democracia não se estendeu às classes dominantes. O século XXI presenciou golpes contra governos eleitos no Paraguai (2012), no Brasil (2016) e na Bolívia (2019) e tentativas fracassadas na Venezuela (2002), no Brasil (2023) e na Bolívia (2024).

O século XXI sul-americano foi marcado por espécie de ondas. Na primeira década pela ascensão de sete governos democrático-progressistas. Na

segunda década pelo retrocesso, com tais governos derrotados nas urnas ou derrubados por golpes. Na terceira década por uma situação complexa e instável, em que se alternam avanços e retrocessos, inclusive no âmbito interno de cada país. Assim, a novidade singular da América do Sul se debate hoje com desafios e dilemas, distantes das classes dominantes, quase sempre subjugados a uma visão eurocêntrica colonizada.

O surgimento de governos democrático-progressistas reafirmou a existência de uma história sul-americana compartilhada, com momentos comuns, tais como: as independências nacionais, por volta de duzentos anos; as industrializações ao modo de substituição de importações nos anos trinta do século XX; as ditaduras civil-militares dos anos 60/70; o retorno a democracias limitadas nas décadas de 70 e 80 e no século XXI, a emergência de governos democrático-progressistas. Tais governos funcionam como unidade na diversidade, pois cada país tem peculiaridades, condicionadas por suas histórias diferenciadas. Mas a circunscrição espaço-temporal sul-americana se impõe, sobredeterminada pelas singularidades dos países.

Os desenvolvimentos desiguais e combinados possibilitam que os países compartilhem uma identidade sul-americana. Grosso modo, é possível propor que os governos democrático-progressistas, para além de dispositivos comuns, a exemplo das políticas de inclusão social e relações internacionais, tenham se diferenciado acerca da radicalidade das mudanças políticas propostas (Sader, 2008). Neste sentido, pode-se propor três grupos de países: 1. Os de propostas de mudanças políticas mais acentuadas, inclusive com novas constituições (Santamaría, 2016), a exemplo da Venezuela, Bolívia e Equador; 2. Aqueles com alterações políticas mais moderadas, como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai e 3. Os que não tiveram, por diversos motivos, maior tempo para vivenciar experimentos de governos democrático-progressistas: Colômbia, Paraguai e Peru. A distinção entre os níveis de mudanças políticas pretendidas não implica que seus resultados foram alcançados.

Não cabe no âmbito do texto avaliar tais desdobramentos, nem analisar o complexo conjunto de dilemas colocados para tais governos, que vivenciaram situação inédita em termos de governabilidade nacional. O artigo se volta para uma dimensão específica: como as gestões trataram as culturas? A questão, mesmo circunscrita, ainda tem amplitude demasiada. Cabe buscar delimitar ainda mais o tema. Nesta perspectiva, recorre-se à noção de temporalidades sociais diferenciadas como eixo de análise do tratamento dado pelos governos democrático-progressistas às culturas.

Tempos e destinos

O tempo compartilhado na vida esconde temporalidades distintas dos vários campos, que compõem a sociedade. Já em 1990, Adriano Duarte Rodrigues observou que o campo da comunicação tende a funcionar em regime acelerado pelo ritmo de uma periodicidade regulada por cadência cronometrada. Com o surgimento de redes digitais na ecologia da comunicação, o tempo ganhou ainda mais velocidade e até adquiriu instantaneidade. A temporalidade do imediato envolveu o mundo tornado planetário. A comparação entre as temporalidades inscritas nos diferentes campos sociais adquiriu capacidade elucidativa.

A política se realiza em ritmo mais lento que a comunicação. Com seus ritos e rituais, ela demanda mais tempo. Pepe Mujica, variadas vezes, afirmou que a democracia exige paciência. Em um mundo sob a égide do imediato, algum desconforto se torna evidente, devido aos ritmos diferenciados dos campos sociais e mesmo no âmago de cada um deles. Por exemplo, enquanto a política ordinária requer tempos mais demorados, existem instantes extraordinários da política, que se realizam em ritmos acelerados, como as revoluções, os golpes e, mesmo, as eleições. Eles são momentos que apresam decisões acerca do poder político e do ato de governar (Rubim, 2000). Nada casual que parcelas da população brasileira se refiram às eleições como “tempo da política”.

A cultura exige temporalidades ainda mais lentas, pois necessita de processos mais longos de maturação, assim como na ciência. Não há desenvolvimento das culturas sem períodos de cultivo. O tempo é condição vital para a imaginação, o amadurecimento, a execução e o florescimento das culturas. Os seus formatos apressados se transmutam em eventos. Em sua modalidade mais veloz, os eventos se tornam meros eventos-eventos, pura exibição pública, sem rastros dos processos necessários à sua criação. Os eventos podem, também, adquirir caráter diferenciado e tomar o formato de eventos-programas. Ou seja, eventos que traduzem resultados de processos produtivos alongados. A distinção entre eventos-eventos e eventos-programas ganha sentido para a efetivação de políticas culturais mais consistentes, que respeitem a temporalidade reivindicada pela dinâmica da cultura (Rubim, 2014, pp. 58-63).

O encontro da política com a cultura na implementação de políticas culturais coloca em confronto temporalidades distintas. No Brasil, em decorrência da periodicidade de quatro anos para os mandatos, a política gira em torno do tempo de quatro anos, ainda que seja possível uma reeleição no caso dos gestores. Tal temporalidade governa a política e suas relações com a cultura. Os gestores culturais são pressionados para dar resultados efetivos em quatro anos. Administrar temporalidades tão distantes se impõe como um dos desafios mais expressivos da gestão da cultura (Rubim, 2022).

Daí a recorrência de reduzir a cultura a seu formato de evento, como ocorre em muitas gestões. A imediatez dos eventos-eventos produz espetáculos, no estilo pão e circo. Nada casual que a aprisionamento da cultura ao formato eventos-eventos esteja associada à predominância da pequena política, como nomeava Antonio Gramsci. A pequena política subjugada ao ordinário não tem capacidade de transcendência e de produzir o extraordinário, com suas configurações utópicas de futuros, próprios do imaginário da grande política. No enlace entre política e cultura, o equacionamento não se mostra nada fácil.

A visitação ao tempo permite prosseguir a análise do tratamento dado pelos governos democrático-progressistas às culturas. Distante das preocupações de Paul Virilio sobre a dromologia, a lógica da velocidade, que acomete, acelera e transmuta o mundo, Milton Santos, ao falar dos espaços da cidade, contrapõe as zonas urbanas modernas de progresso rápido aos cantos lentos da cidade, que preservam sua vida comum e seus diálogos. A atual excitação da velocidade e a manutenção de registros urbanos lentos influenciam a dinâmica da cultura, sejam elas digitais, sejam elas tradicionais. Assinaladas as temporalidades culturais e aquelas associadas à política e à democracia, torna-se possível retornar ao tema, assegurada a possibilidade de análise.

Governos e culturas

O estudo proposto reuniu dados de dez países. Ficaram fora as duas guianas independentes e a guiana francesa, até hoje colônia, por suas peculiaridades sociais, que as afastam histórica e culturalmente da região.

Os dados utilizados na análise foram coletados através das seguintes fontes:

1. livro *Políticas culturales en el siglo XXI en ocho países latinoamericanos*, elaborado pelo grupo de pesquisa Cultura e Políticas Culturais do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso);
2. pesquisa *Políticas Culturais na América do Sul do Século XXI*, apoiada pelo CNPq (2020-2025), para informações sobre Paraguai e Venezuela; e
3. livro *Creación heroica. Neoliberalismo, políticas culturales y estrategia comunitaria en el Perú del siglo XXI* para informações sobre o país.

Impossível, no âmbito delimitado do texto, estudar todos os aspectos das articulações, que envolvam democracias e culturas na América do Sul do século XXI. Assim, a abordagem escolhida para o texto prioriza um fator específico como eixo expressivo para análise de tais relações: a temporalidade dos mandatos dos dirigentes nacionais de cultura. Em verdade, os mandatos

funcionam como indicadores sintéticos, que expressam o valor destinado às culturas pelos governos, pois, como visto antes, a temporalidade adequada constitui-se em componente vital para assegurar a criação e o florescimento das culturas. As reflexões acerca da temporalidade da cultura e de outros campos sociais possibilitam adotar o tempo como um indicador rigoroso e vigoroso do tratamento da cultura pelos governos democrático-progressistas sul-americanos no século XXI.

A análise da atuação cultural dos governos democrático-progressistas na América do Sul no século XXI, com dados da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, constatou, por exemplo, que as autoridades maiores da cultura dos países tiveram, quase sempre, mandatos curtos, aquém do tempo preciso para poder desenvolver políticas culturais amadurecidas, consistentes e inovadoras, como requerem processos de democratizações e de transformações sociais.

A média da duração das gestões culturais foi de dois anos e um mês. Dos 51 dirigentes nacionais de cultura dos dez países analisados, apenas 10 cumpriram mandatos de quatro anos ou mais. Ou seja, apenas 20% dos dirigentes. Deles, somente quatro ultrapassaram tal período: José Nun na Argentina com cinco anos, Gilberto Gil no Brasil com cinco anos e cinco meses, Hugo Achugar no Uruguai com seis anos e Ernesto Villegas na Venezuela com sete anos. Os ministros Pablo Groux Canedo (Bolívia), Juca Ferreira (Brasil) e Francisco de Assis Sesto Novas (Venezuela) ocuparam a direção dos ministérios por duas vezes.

Por óbvio, a duração das gestões dos dirigentes não expressa todo complexo quadro da atenção dos governos com as culturas, mas serve como indicador razoável da conexão existente ou inexistente entre democracias e culturas. Nesta perspectiva, a duração média dos mandatos dos gestores culturais se apresenta como indicador preocupante da problemática situação das culturas nos governos.

A curta temporada e alta rotatividade dos dirigentes de cultura observada compromete a formulação e execução de políticas culturais, pois tal temporalidade coloca em xeque requisitos fundamentais para a qualidade das políticas culturais formuladas e implementadas, além de sua exequibilidade.

Visitas aos países sul-americanos

Cabe uma breve visita aos países para ver a situação de cada um deles. A ordem é alfabética.

A Argentina nos 16 anos de governos democrático-progressistas teve cinco dirigentes nacionais de cultura: Torquatto di Tella (2003-2004), José Nun (2004-2009), Jorge Coscia (2009-2014), Teresa Parodi (2014-2015) e Tristán Bauer (2019-2023). Todos os dirigentes foram provenientes de instituições culturais, sejam elas artísticas, universitárias, jornalísticas etc. A duração média da permanência nos cargos de direção da cultura ficou em 3,2 anos. Portanto, acima da média do restante dos países. Os dados foram retirados do texto escrito por: Bayardo, Infantino, Lucesole, Morel, País Andrade, Wortman e Zarlenga, 2024.

Na Bolívia, a rotatividade dos dirigentes foi intensa e a média caiu para 1,6 anos. Ela esteve bem abaixo da sul-americana. Foram ministros em 14 anos, oito pessoas em nove mandatos, sendo que Pablo Canedo teve dois mandatos. Os dirigentes e seus mandatos foram: Pablo Groux Canedo (2009-2010); Zulma Yugar Párraga (2010-2011), Elizabeth Salguero Carrillo (2011-2012), Pablo Groux Canedo (2012-2015), Marko Machicao Bankovic (2015-2017), Wilma Alanoca Mamani (2017-2019), Sabina Orellana Cruz (2020-2024) e Esperanza Guevara (2024 em diante). A denominação do ministério também passou por muitas mudanças: Culturas, nas três primeiras gestões; Culturas e Turismo, nas duas gestões seguintes; Culturas, Interculturalidade e Descolonização, em uma gestão; Culturas, Descolonização e Despatriarcalização, nas duas últimas gestões. Quase todos os dirigentes vieram do campo cultural,

a exemplo de: artistas, comunicadores, gestores culturais, mas havia também um economista e duas dirigentes sindicais e políticas nas duas últimas gestões de cultura. As informações estão em: Vera e Sáenz, 2024.

O Brasil, nos governos Lula (2003-2010 e 2023 em diante) e Dilma Rousseff (2011-2016), teve cinco ministros em 15 anos, sendo que Juca Ferreira ocupou o cargo duas vezes. A média brasileira, de 2,5 anos, ficou acima da sul-americana. Foram ministros: Gilberto Gil (2003-2008), Juca Ferreira (2008-2010), Ana de Holanda (2011-2012), Marta Suplicy (2012-2014), Juca Ferreira (2015-2016), Margareth Menezes (2023 em diante). Três deles vieram das artes e dois eram do campo político. Os dados estão contidos em: Rubim, Barbalho, Oliveira, Calabre e Rocha, 2024.

No caso do Chile, ocuparam a direção do Conselho Nacional de Cultura e Artes (CNCA), pois entre 2003 e 2018 não havia um Ministério de Cultura: José Weinstein (2003-2006), Paulina Urrutia (2006-2010), Claudia Barattini (2014-2015) e Ernesto Ottone (2015-2018), enquanto foram ministras: Julieta Brodsky (2022-2023) e Carolina Arredondo (2023 em diante). Tais dirigentes ocuparam cargos no governo de Ricardo Lagos (2000-2006), nos dois mandatos de Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-2018) e na gestão de Gabriel Boric (2022 em diante). A média de duração nos cargos de direção da cultura foi de 2,1 anos, ainda que os primeiros dirigentes tenham estado nos cargos de chefias do CNCA, por quatro anos. Tomás Peters enviou gentilmente os dados referentes ao Chile.

A Colômbia possui diversas singularidades na sua análise. Ela só há pouco conquistou um governo democrático-progressista, com a eleição de Gustavo Petro, em 2023, para presidente. Ou seja, durante parte significativa do século XXI esteve submetida às gestões nacionais de direita ou de extrema-direita. Apesar disso, ela conseguiu desenvolver reflexões e práticas no campo da cultura e sediar instituições político-culturais como o Convênio Andrés Bello. Entretanto, a rotatividade de ministros está bem alta: Patrícia Elia Ariza

Flórez (2022-2023), Jorge Ignacio Zorro Sánchez (2023) e Juan David Correa (2023 em diante). Todos provêm do campo cultural. A média de duração de mandatos é a mais baixa de todas consideradas: 0,67 anos, mas a ausência de uma maior série histórica deprime a capacidade de avaliar tendências. As informações estão em: González, Puerta, Lozano e Canal, 2024.

O Equador também apresentou alta rotatividade. A média dos mandatos ficou em 1,3 anos, ocupando a segunda pior posição. Foram oito dirigentes em 10 anos, todos do campo da cultura, mas muitos com relação com o campo político. Foram dirigentes nacionais de cultura: António Preciado Bedoya (2007-2008), Galo Mora Witt (2008-2009), Ramiro Noriega Fernández (2009-2010) Erika Sylvia Charvet (2010-2013), Francisco Velasco Andrade (2013-2014), Francisco Borja Cevallos (2014-2015), Guillaume Long (2015-2016), Raúl Vallejo Corral (2016-2017), todos eles no governo Rafael Correa (2007-2017). Informações obtidas em Cardoso, Crespo e Maquilán, 2024.

A situação do Paraguai assume uma posição atípica, talvez somente próxima à da Colômbia, no sentido da temporalidade reduzida. No Paraguai, o governo Fernando Lugo rompeu a quase interminável dominação do Partido Colorado, vigente até hoje. Lugo representou um breve interregno. No seu governo, Tício Escobar esteve à frente do Ministério da Cultura durante os quase quatro anos de gestão, abreviados pelo golpe parlamentar dos partidos conservadores, que retiraram Lugo do poder. Também aqui a não constituição de séries históricas prejudicou a análise das tendências.

A experimentação de governos democrático-populares variou na América do Sul. Alguns países estiveram algo distantes de tais experimentos, como o Paraguai e a Colômbia. Mas nenhum deles se mostrou mais afastado que o Peru. Nele parece não ter ocorrido tal situação. O governo de Ollanta Humana (2011-2016), eleito com perspectiva nacionalista e apoiado por forças democráticas de esquerda, rapidamente sucumbiu ao neoliberalismo e se afastou dos países democrático-progressista (Guerrero, 2021, p. 79).

Nele, três nomes ocuparam o Ministério da Cultura: Susana Bacca, Luis Peirano e Diana Álvarez-Calderón. Recentemente José Pedro Castillo Terrones (2021-2022), chegou à presidência, em um segundo turno com votos da esquerda, mas logo foi destituído do poder pelo congresso, depois de uma aparente tentativa de autogolpe. Alejandro Salas Zegarra respondeu pelo Ministério da Cultura. Dada sua distância efetiva em relação aos governos democrático-progressistas, estes dados não foram computados e incluídos nos números acionados na análise.

O Uruguai anda na direção oposta à grande rotatividade de responsáveis pela cultura. O país não possui um Ministério da Cultura, mas uma Direção Nacional de Cultura, vinculada ao Ministério de Educação e Cultura. No Uruguai, as durações das gestões culturais são mais longas e estáveis. Durante dois mandatos de Tabaré Vázquez (2005-2010 e 2015-2020) e o governo de Pepe Mujica (2010-2015) passaram pela gestão nacional da cultura: Luis Mardones (2005-2008), Hugo Achugar (2008-2014) e Sergio Mautone (2015-2020). Nada casual que o Uruguai obtenha o primeiro lugar, com uma duração de mandatos de dirigentes de cultura que perfaz 5,0 anos. Todos os dirigentes de cultura são ligados ao campo cultural, em especial à literatura e ao teatro. As informações se encontram em: Rodriguez, Dominzain, Lembro e Sequeira, 2024.

A trajetória da Venezuela apresenta alta singularidade em suas temporalidades. Desde ser precursora dos governos democrático-progressistas, com a eleição de Hugo Chávez, na virada dos séculos XX e XXI, até ser o único país sul-americano em que as forças conservadoras não conseguiram voltar ao governo nacional. O golpe tentado em 2002 não vingou, diferente do que ocorreu no Paraguai, em 2012, no Brasil, em 2016, e na Bolívia, em 2019.

Tal itinerário não significa a inexistência de problemas, sejam eles econômicos, sociais, políticos e culturais, potencializados pelo embargo dos Estados Unidos. O debate sobre a democracia na Venezuela mobiliza hoje inflamados posicionamentos. Não cabe aqui adentrar nesta discussão. Na cultura, a

singularidade não se mostra plena, pois a passagem de nove ministros, em 10 mandatos, na direção do Ministério del Poder Popular para la Cultura, desde 2005, produziu uma média de 1,9 anos de duração de no cargo, número nada afastado do que ocorre em países como Equador e Bolívia.

Na contramão a tal atitude, na Venezuela se encontra dois outros fenômenos bem peculiares: no ano de 2017 quatro nomes passam pelo ministério e daquela data em diante, a Venezuela tem o mesmo ministro, Ernesto Villegas, dirigente mais longo da totalidade dos governos democrático-progressistas estudados. De 2005 até 2024 estiveram como Ministros da Cultura: Francisco de Assis Sesto Novas (2005-2008), Héctor Soto Castellanos (2008-2009), novamente Francisco de Assis Sesto Novas (2010-2011), Pedro Calzadilla (2011-2012), Fidel Barbarito (2013-2014), Reinaldo Iturriza (2014-2016), Freddy Nández (2016-2017), Adán Chávez (2017), Ana Alexandrina Reyes (2017) e Ernesto Villegas (2017 em diante).

Moderados, radicais e as culturas

Como visto anteriormente, os países podem ser aglutinados em grupos de afinidades. Os diversos governos não conseguiram configurar um modelo econômico alternativo ao neoliberalismo, ainda que tenham resistido e até avançado contra suas perversidades. Em verdade, eles se caracterizaram por amplas políticas sociais para enfrentar a desigualdade e a exclusão, decorrentes não só da adoção do neoliberalismo, mas também das gestões centenárias das classes dominantes sul-americanas. Se as dimensões econômicas e sociais não se constituem em parâmetros para agrupar os países, a dimensão política serve com mais pertinência a tal propósito. Assim, podem ser delineados três grupos de países: 1. Aqueles que buscaram transformações políticas mais substantivas, inclusive através de processos constituintes inovadores, no chamado novo constitucionalismo andino (Santamaría, 2016). Deste grupo fazem parte: Venezuela, Equador e Bolívia; 2. Alguns que se

caracterizaram por procedimentos mais moderados, sem alterações políticas mais radicais, como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai; 3. Os países restantes que, por motivos diferenciados, pouco tempo vivenciaram governos democrático-progressistas, como ocorreu no Paraguai e na Colômbia, ou mesmo não tiveram exemplos de tais experimentos, como no caso do Peru.

Quando se observam os dados encontrados relativos aos grupos 1 e 2 pode-se perceber séries históricas, que configuram tendências. Enquanto o grupo moderado apresenta maiores temporalidades dos dirigentes de cultura, no grupo mais radicalizado ocorre o oposto. Ou seja, nestes países os tempos de duração dos mandatos são curtos e sujeitos a instabilidades pronunciadas.

Como a análise apenas das temporalidades não permite um estudo mais pormenorizado das políticas culturais desenvolvidas, pois esse procedimento exige mais informações quantitativas e, em especial qualitativas, cabe tão somente sugerir algumas hipóteses de trabalho.

Nos países que buscaram maiores rupturas político-institucionais parece que as mudanças não se fizeram acompanhar de políticas culturais correspondentes, dado que o curto tempo dos dirigentes de cultura nos cargos não enseja substancialmente novas culturas, ainda que as transformações políticas induzirem alterações culturais. As transformações políticas não resultaram em políticas culturais afinadas com tais processos, com visível descompasso entre dinâmicas políticas e culturais. O fosso social efetivo entre a cultura existente de matriz eurocêntrica-americanizada, com institucionalidade e mercado frágeis, e as culturas populares, com presença potentes de traços dos subalternos e dos povos originários, impossibilitou sua tradução em termos de políticas culturais. Ou seja, nem a cultura instituída, não compartilhada pela maioria da sociedade, nem as culturas populares, majoritária, mas marginalizada, tivessem força para se traduzir em políticas culturais de manutenção da cultura restrita existente ou de ascensão de novas culturas. A estas fraquezas podem se somar a pouca sensibilidade dos

novos agentes políticos em relação à cultura, por certo, mais preocupados com as dimensões econômico-sociais das desigualdades, que perpassam seus países sul-americanos.

Nos países mais moderados, as temporalidades dos dirigentes de cultura têm maiores durações, que parecem refletir a maior institucionalidade do campo cultural nestes países, bem como alguma sintonia entre os agentes culturais e os projetos políticos moderados implementados. A contrapartida disto é a tendência a um maior empecilho às inovações possíveis na área cultural, fazendo que as políticas culturais priorizem os bens e serviços simbólicos já existentes nas áreas culturais estabelecidas.

Aliás, em alguns dos países do grupo existiram tensões entre os agentes culturais profissionalizados e a ampliação da noção de culturas, abrindo o campo para novas áreas simbólicas. Entretanto, dado a fragilidade mesmo dos registros culturais mais canônicos, devido às desigualdades sociais, as políticas culturais não ocuparam espaço relevante nos projetos políticos desenvolvidos, mantendo-se em lugares secundários.

Considerações finais

Os conhecimentos possibilitados pela utilização das temporalidades como indicadores para o estudo das relações entre democracias e culturas na América do Sul no século XXI, mesmo com suas limitações intrínsecas, permitem esboçar algumas reflexões e hipóteses. Em primeiro lugar, eles demonstram que as relações entre democracias e culturas são complexas, não existindo uma conexão linear e fixa entre democracias e culturas, pois as democracias nem sempre dão atenção às culturas, nem as culturas são automaticamente democráticas, sendo, por vezes, autoritárias. Em segundo lugar, a preocupação com a cultura, indicada pelas breves temporalidades dos dirigentes nacionais de cultura, aponta para o paradoxo entre a eleição da via democrática como caminho para a transformação da sociedade e a

quase ausência da atenção com as culturas neste processo de transição social. Cabe, de imediato, a questão: é possível um programa consistente de transformação democrática da sociedade sem atentar para mudanças na sua dimensão cultural? Em terceiro lugar, a desatenção com o campo cultural torna-se ainda mais grave, quando à já potente hegemonia político-cultural das classes dominantes hoje existente, mediando a relação das classes e das pessoas com o mundo, e, por conseguinte, mantendo a sociedade capitalista, se acrescenta a guerra cultural, empreendida hoje pela extrema-direita em termos internacionais e sul-americanos.

Referências

- Alvídrez, S. (org.) (2024). *Sobrevivendo ao século XXI. Chomsky & Mujica*. Civilização Brasileira.
- Ávila Santamaría, R. (2016). *El neoconstitucionalismo andino*. Universidad Andina Simón Bolívar.
- Bayardo, R., Infantino, J., Lucasole, R., Morel, H., País Andrade, M., Wortman, A. e Zarlenga, M. (2024). (Dis)continuidades de las políticas culturales en Argentina (2003-2023). In S. Dominzain, E. Nivón Bolán e A. A. Rubim Canelas (Orgs.), *Políticas culturales en el siglo XXI en ocho países latinoamericanos*. (pp. 9-45). Clacso.
- Campos Vera, N. e Bedoya Sáenz, J. (2024). Bolivia plural: Perspectivas sobre políticas y procesos culturales. In S. Dominzain, E. Nivón Bolán e A. A. Rubim Canelas (Orgs.), *Políticas culturales en el siglo XXI en ocho países latinoamericanos*. (pp. 46-73). Clacso.
- Cardoso, P., Crespo, A. M. e Maquilán, M. (2024). Políticas Culturales en Ecuador en el siglo 21: construcción institucional, ciclos económicos y vaivenes políticos. In S. Dominzain, E. Nivón Bolán e A. A. Rubim Canelas (Orgs.), *Políticas culturales en el siglo XXI en ocho países latinoamericanos*. (pp. 158-190). Clacso.
- Castelli Rodríguez, L., Dominzain, S., Lembo, V. e Sequeira, F. (2024). Políticas culturales en Uruguay desde la perspectiva descentralizadora y de derechos. In S. Dominzain, E. Nivón Bolán e A. A. Rubim Canelas (Orgs.), *Políticas culturales en el siglo XXI en ocho países latinoamericanos*. (pp. 234-263). Clacso.
- Dominzain, S., Nivón Bolán, E. e Rubim Canelas, A. A. (Orgs.) (2024). *Políticas culturales en el siglo XXI en ocho países latinoamericanos*. Clacso.

- Gramsci, A. (1978). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Civilização Brasileira.
- Jaramillo González, M. A., Velásquez Puerta, S., Bustamante Lozano, U. y Yáñez Canal, C. (2024). Derechos, políticas y ciudadanía cultural en Colombia. Una mirada a las políticas culturales en el siglo XXI. In S. Dominzain, E. Nivón Bolán e A. A. Rubim Canelas (Orgs.), *Políticas culturales en el siglo XXI en ocho países latinoamericanos*. (pp. 106-157). Clacso.
- Moraes, M. V. (2021). *A construção da América do Sul. O Brasil e a UNASUL*. Appris Editora.
- Prado, M. L. (2021). *Utopias latino-americanas: política, sociedade, cultura*. Contexto.
- Rodrigues, A. D. (1990). *Estratégias da comunicação*. Presença.
- Rubim Canelas, A. A. (2000). *Comunicação e política*. Hacker.
- Rubim Canelas, A. A. (2022). Desafios e dilemas da gestão cultural. In A. A. Rubim Canelas, *Políticas culturais: diálogos possíveis* (pp. 211-228). Edições SESC.
- Rubim Canelas, A. A. (2023). *Comunicación, cultura y políticas culturales*. RGC Libros.
- Rubim Canelas, A. A. (2023). Políticas culturais na América do Sul no século XXI. *Espirales. Foz do Iguaçu*, (7), 10-26.
- Rubim Canelas, A. A. e Bayardo, R. (Orgs.) (2009). *Políticas culturales em Ibero-América*. Universidad Nacional de Colombia.
- Rubim Canelas, A. A., Yáñez Canal, C. e Bayardo, R. (Orgs.) (2016). *Panorama da gestão cultural na Ibero-América*. Edufba.
- Rubim Canelas, A. A., Mariscal Orozco, J. L. e Saltos Coloma, F. (Orgs.) (2018). *La gestión cultural desde Latinoamérica. Analysis y experiencias en políticas culturales*. Ediciones EGAC.
- Rubim Canelas, A. A., Barbalho, A., Oliveira, G., Calabre, L. e Rocha, S. (2024). Políticas culturais no Brasil o século XXI. In S. Dominzain, E. Nivón Bolán e A. A. Rubim Canelas (Orgs.), *Políticas culturales en el siglo XXI en ocho países latinoamericanos*. (pp. 74-105). Clacso.
- Sader, E. (2008). *Posneoliberalismo en América Latina*. Clacso.
- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. Hucitec.
- Valdizán Guerrero, G. (2021). *Creación heroica. Neoliberalismo, políticas culturales y estrategia comunitaria en el Perú del siglo XXI*. RGC Libros.